

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No dia 9 de agosto de 2020, o povo da Bielorrússia votou em eleições gerais que se crê terem sido viciadas, tendo desde então surgido uma forte contestação ao governo ditatorial de Aleksandr Lukashenko, tanto a nível popular como internacional. É de salientar as sanções que foram impostas ao regime e aos seus mandantes, por parte da União Europeia, Estados Unidos e Reino Unido, nomeadamente a nível de aviação internacional e a nível financeiro. Apesar disso, a repressão continua sendo de registar o encarceramento de mais de 600 pessoas e o pedido de asilo da atleta olímpica, Krystsina Tsimanouskaya.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) decidiu a distribuição de 650 mil milhões de dólares de reservas, em “special drawing rights” (SDR), estando alocado à Bielorrússia a parte correspondente à sua quota, ou seja mil milhões de dólares. Esta distribuição de verbas, tendo como objetido apoiar o combate à pandemia da Covid-19, ocorre apesar do empenho limitado do governo bielorrusso neste combate, havendo suspeitas fundadas que as verbas serão usadas para financiar a repressão ditatorial de Lukashenko.

A Diretora-Geral do FMI, Kristalina Georgieva, já referiu que espera que os SDR sejam usados de forma “responsável e sensata”. Nesse sentido, o FMI bloqueou o acesso do governo talibã do Afeganistão aos SDR. No passado dia 20 de agosto, a líder da oposição democrática, Svetlana Tsikhanouskaya, escreveu a Georgieva a apelar a que o FMI congele a disponibilização de SDR à Bielorrússia.

Estando Portugal representado no Conselho Executivo do FMI, em conjunto com a Albânia, Grécia, Itália, Malta e San Marino, através de Domenico G. Fanizza, seria relevante que Portugal pudesse mobilizar o seu peso diplomático para que a Bielorrússia também veja congelado o seu acesso aos SDR, até que eleições livres se realizem e os presos políticos sejam todos libertados. Com esta medida, somar-se-ia pressão financeira às sanções já adotadas pela União Europeia, enquanto se preservava espaço fiscal para um futuro governo democrático da Bielorrússia.

Enquanto país que conheceu bem o drama de viver em ditadura, e cuja resistência democrática sempre olhou para a assistência e pressão internacional, esta seria uma postura que faria justiça à nossa história e à luta pela liberdade, que hoje continua na Bielorrússia.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regulamentares aplicáveis, os Deputados abaixo

assinados vêm questionar o Senhor Ministro de Estado e das Finanças:

- O Ministério irá tomar diligências diplomáticas junto do FMI no sentido de congelar acesso aos SDR à Bielorrússia?

Palácio de São Bento, 8 de setembro de 2021

Deputado(a)s

MIGUEL MATOS(PS)

PAULO PISCO(PS)

LARA MARTINHO(PS)

FERNANDO ANASTÁCIO(PS)

JOEL GOMES(PS)

JOANA SÁ PEREIRA(PS)

OLAVO CÂMARA(PS)

EDUARDO BARROCO DE MELO(PS)

FILIPE PACHECO(PS)

PEDRO SOUSA(PS)

NUNO SÁ(PS)

CARLOS BRÁS(PS)

VERA BRAZ(PS)

SUSANA AMADOR(PS)

PEDRO CEGONHO(PS)

EDITE ESTRELA(PS)

RITA BORGES MADEIRA(PS)

ALEXANDRA TAVARES DE MOURA(PS)

ROMUALDA FERNANDES(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)

ISABEL ALVES MOREIRA(PS)

MARIA DA LUZ ROSINHA(PS)

DIOGO LEÃO(PS)